

Auditoria temática aos sistemas de gestão e controlo do QREN, Programas Operacionais FEDER e FC

SÍNTESE DE RESULTADOS

1. Em execução da estratégia de auditoria para 2014, e da análise de risco que a suporta, auditámos os sistemas de gestão e de controlo estabelecidos pelas autoridades de gestão dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão.
2. Com a presente ação visámos a consolidação do acompanhamento das recomendações pendentes, com especial enfoque para as resultantes das auditorias concluídas em 2013, bem como a reapreciação da evolução registada ao nível dos diferentes programas, quer no que concerne à definição de procedimentos para o encerramento, quer no que respeita à verificação das matérias de risco significativo.

1. Principais conclusões

- C1 - De um modo geral, os sistemas de gestão e controlo associados aos programas operacionais FEDER e FC funcionam adequadamente, embora necessitando de algumas melhorias;
- C2 - No seguimento das recomendações dos relatórios de anos anteriores, em especial dos concluídos recentemente, verificámos que nem todas se encontravam concluídas;
- C3 - Em matéria de contratação pública, foram identificadas insuficiências nas operações da nossa amostra, que importa solucionar;
- C4 - Em diversas operações analisadas, foram detetadas despesas irregulares que originaram propostas de correções financeiras, no montante global de m€823;
- C5 - A análise dos projetos potencialmente geradores de receitas revela insuficiências que devem ser mitigadas aquando do encerramento;
- C6 - De um modo geral, os procedimentos de encerramento definidos pelas diferentes autoridades de gestão não se encontram integralmente compatibilizados com os requisitos constantes da Decisão da Comissão nº C(2013) 1753.

2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s

- R1 - Recomendamos às autoridades de gestão que prossigam a implementação das recomendações pendentes;
- R2 - Adicionalmente, as autoridades de gestão devem implementar as medidas necessárias para mitigar razoavelmente a ocorrência de exceções aquando do encerramento, nomeadamente, reforçando a análise, quer dos procedimentos de contratação pública, quer dos projetos potencialmente geradores de receitas;
- R3 – As autoridades de gestão devem ainda promover as correções financeiras propostas.

Seguimento: F1 - As autoridades de gestão apresentaram-nos, em procedimento de contraditório, elementos complementares que permitiram sanar ou ajustar algumas recomendações formuladas na versão preliminar;

F2 - As autoridades de gestão devem informar a IGF, no prazo de 60 dias após a transmissão do relatório, sobre o estado de implementação e das medidas adotadas na sequência da presente auditoria.

(Relatório n.º 1792/2014, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2014-11-06).